

# MEMÓRIA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS: RESISTÊNCIA DE MULHERES-MÃES DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

*POLITICAL MEMORY AND HUMAN RIGHTS: RESISTANCE OF WOMEN-MOTHERS OF TEENAGERS IN SOCIOEDUCATIONAL MEASURES*

Soraia Ansara <sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo refere-se a uma pesquisa, ainda em andamento, que tem por objetivo identificar as lembranças sobre situações de exclusão social e de violação dos direitos humanos de grupos oprimidos tais como mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais e negros em contextos de desigualdades econômicas e socioculturais. Com base nos referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Política (Martín-Baró, 1998) e da Psicologia Comunitária (Maritza Montero, 2002, 2004a/b) realizamos uma pesquisa-ação, tendo em vista construir, com os próprios sujeitos da pesquisa, intervenções/ações que levem ao fortalecimento da comunidade e à mudança social. Neste artigo analisamos apenas os discursos do grupo focal de mulheres-mães de adolescentes que cumprem medida socioeducativa a partir de suas memórias sobre a violação dos direitos humanos. Os discursos trouxeram à luz as vivências de violação experimentadas por essas mulheres-mães, assim como suas denúncias e resistências, e ao mesmo tempo criaram condições para elaborarmos, junto com a comunidade, ações que fortaleçam a luta pelos direitos humanos e a participação política. Percebemos que a memória tem mobilizado ações em favor dos direitos humanos e em torno de políticas públicas que garantam e efetivem os direitos sociais.

**Palavras-chave:** Memória Política; Violação dos Direitos Humanos; Violência do Estado.

## Abstract

The present article refers to a research, still in progress, that aims to identify human rights social exclusion and violation situation memories from oppressed groups, who are in economic and sociocultural inequality contexts if they are compared to the majority of society. These groups include women, young people, old people, disabled people, homosexuals, black people and indigenous. Based on Political Psychology (Martín-Baró, 1998) and Communal Psychology (Maritza Montero, 2002, 2004a/b) theoretical-methodological referential, we accomplished an action research, using own research subjects, owing to reach interventions/actions that make those communities stronger and promote their social changing. In this article, we analyze only teenagers' women-mothers focus group speeches that fulfill socioeducational measures related to their human rights' violation memories. These speeches clarified the violation experiences suffered by those women-mothers, as well as their complaints and resistances. At the same time, it developed conditions to elaborate, with the community, actions that strengthen their human rights and political participation fight. We realize memory has been mobilizing actions in favor of these rights and around public politics, this last one that ensures and actualizes their social rights.

**Keywords:** Political Memory, Human Rights' Violation, State's Violence.

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP), Brasil, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-doutoranda do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. E-mail: soraiansara@hotmail.com

## 1- INTRODUÇÃO

O tema da memória coletiva tem despertado o interesse de muitos pesquisadores nas últimas décadas a ponto de Huysen (2000) afirmar que vivemos uma época de ascensão de uma “cultura da memória” que, segundo o autor, tem sido provocada por uma multiplicidade de fatores, especialmente, por eventos políticos marcantes como o fim das ditaduras na América Latina, a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética – as transformações no universo interno e externo dos regimes capitalista e comunista – e o fim do regime sul-africano do apartheid, bem como o crescente foco cultural nas histórias de minorias e políticas de identidade (Huysen, 2000).

Estas transformações sociais e políticas estimularam muitos estudos sobre memória que, em sua grande maioria, enfatizam o trauma sofrido pelas vítimas dos regimes de exceção em consequência da violência política que marcou sobremaneira a experiência latino-americana. Os estudos que versam sobre o trauma político destacam as violações sistemáticas dos direitos humanos nas últimas décadas na América Latina, sobretudo nos regimes ditatoriais. No entanto, estes mesmos estudos revelam que as violações continuam a ser praticadas em contextos democráticos. Tais estudos apontam que, ainda, convivemos com os legados da ditadura militar, visto que a estrutura policial permanece igual à do período militar.

Ainda hoje, a polícia se utiliza de práticas violentas contra a população, agindo com preconceito contra negros e pobres, quase sempre considerados “suspeitos”. Em nome do “combate ao crime organizado” a polícia viola os direitos individuais dos pobres invadindo a intimidade de milhares de pessoas com uma covardia assombrosa. (...) Embora exista a liberdade de manifestar-se publicamente, é comum a utilização da repressão policial para conter greves e manifestações, despejar famílias, por meio dos batalhões

de choque contra a população civil. Essa violência bruta, típica da ação policial, é um atentado contra a democracia e fundamentalmente contra os direitos humanos (Ansara, 2005, p. 383-384).

Vale destacar que os estudos da memória política nos contextos democráticos têm enfatizado os legados das ditaduras, apontando as relações de poder e a herança autoritária que condiciona a participação social e as políticas públicas. Há uma produtiva discussão do tema da violação dos direitos que traz à baila um conjunto de estudos sobre a violência urbana que envolvem a atuação da polícia, a segurança pública e as ações dos grupos de extermínio (Pinheiro, 1981; Paoli, 1981; Da Matta, 1981; Adorno, 2002; Cardia, 1997, 1999, 2004; Cano, 2010; Benevides, 1983; 2003; Caldeira, 1991). Nestes estudos, a discussão sobre a efetivação dos direitos humanos é ampliada gerando uma intensa produção científica no campo da antropologia, psicologia social, assistência social, sociologia e psicanálise, sobretudo a partir da análise dos programas de atendimento às vítimas de violência em todas as suas esferas, do levantamento dos fatores de risco à violência a que estão expostas as populações juvenis, principalmente às que vivem nas periferias das grandes cidades, e os estudos sobre a criminalização das classes mais pobres (Coimbra, 2001; Morgado, 2001; Velho & Alvito, 1996).

Não faltam estudos que relacionam a violação dos direitos à desigualdade social e à pobreza, que também incluem uma reflexão ampla em torno das redes de proteção social como possibilidade de garantir a realização dos direitos sociais (Souza, 2011; Neri, 2009; Abranches, 1985).

O desemprego, a fome, a discriminação racial, sexual e religiosa, o machismo, a destruição do meio ambiente e a ausência de saneamento – frutos da desigualdade social – são apontados por Chauí (1998) como formas de violência permanente que, nem sempre, são percebidas como violên-

cia e autoritarismo e estão diretamente vinculadas à violação de direitos sociais condenando milhares de pessoas à condição de não-cidadãos.

Numa sociedade em que a desigualdade social é gritante, em que as relações sociais são extremamente hierarquizadas, as relações políticas ainda se dão através do favor e clientelismo e na qual ainda são utilizados mecanismos repressivos para solucionar os problemas sociais, evidentemente se alimenta e se promove uma cultura de violência que atenta contra os direitos humanos. A impunidade é também responsável pela continuidade da violação dos direitos humanos, haja vista que o fato de não se punir os responsáveis pelas torturas demonstra a ineficácia do Estado em solucionar os atos de violação aos direitos humanos que ocorreram ao longo de todo período repressivo (Ansara, 2005, p. 384).

No que tange à relação entre a memória política e os direitos humanos, estão implicadas diretamente as questões da violência política praticada pelo Estado, não só em regimes de exceção, mas a violência que permanece de maneira sutil e, muitas vezes, camuflada na medida em que submete as classes menos favorecidas e grupos minoritários à exclusão social, às práticas autoritárias, bem como a ausência de políticas públicas e a própria negação de seus direitos sociais que também violam os direitos humanos (Benevides, 2004; Carvalho, 2004).

Com intuito de identificar as lembranças sobre situações de violação dos direitos humanos de grupos oprimidos tais como de mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência (1), homossexuais e negros em contextos de desigualdades econômicas e socioculturais, realizamos uma pesquisa-ação-participativa (2) que teve por base os referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Política (Martín-Baró, 1998) e da Psicologia Comunitária (Maritza Montero, 2002, 2004a/b) que foi organizada de ma-

neira a potencializar a participação e o protagonismo da comunidade investigada.

Neste artigo (3), trazemos à luz as memórias sobre a violação dos direitos humanos das mulheres-mães de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas tendo em vista apontar os processos de legitimação desta violação por parte do próprio Estado, bem como os processos de resistência contra a violação dos direitos humanos.

Entendemos que a pesquisa-ação-participativa não se restringe a uma técnica, visto que favorece a reflexão crítica sobre a naturalização e a cristalização de discursos e de práticas excludentes da maioria da população que vive experiências de negação dos direitos; a problematização dessa situação, que é agravada pela falta de políticas públicas que estejam comprometidas com a mudança social, e a ampliação do diálogo possibilitando a proposição de ações e estratégias de resistência em favor dos direitos humanos.

## METODOLOGIA

Para execução da pesquisa, como já mencionamos, utilizamos os referenciais metodológicos da Psicologia Política (Martín-Baró, 1998) e Psicologia Comunitária Maritza Montero (2002, 2004a/b). Tal metodologia parte da premissa de que os sujeitos da pesquisa devem estar ativamente presentes em todo o processo de investigação/ação desde o levantamento das suas necessidades e aspirações até as decisões que serão tomadas em conjunto para a solução de determinados problemas, visando à transformação das condições de vida das pessoas e o compromisso político o que exige um trabalho diligente de acompanhamento e de conhecimento da dinâmica de organização das comunidades investigadas.

A pesquisa de campo se desdobrou em duas etapas, as quais em alguns momentos aconteceram simultaneamente:

a) Contatos com as lideranças desses grupos, mapeamento da região estudada e a participação dos pesquisadores nas atividades da comunidade;

b) Realização dos Grupos Focais.

Os grupos focais, como sugere a própria literatura a respeito, foram constituídos de 8 a 12 pessoas que, sob a orientação do pesquisador - que teve um papel de facilitador - discutiu algumas questões previamente elaboradas sobre violação dos direitos humanos.

## A PESQUISA

### 2.1. Conhecendo a realidade

Iniciamos com um mapeamento da realidade investigada, região de Heliópolis (4), considerada uma das mais violentas da cidade de São Paulo, com um índice de vulnerabilidade e uma história de resistência, luta e participação política. Foram critérios de escolha desta região: as precárias condições socioeconômicas, como também aspectos que dizem respeito à privação social, tais como a composição demográfica das famílias, a exposição a situações de riscos variados (altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta etc.), precárias condições gerais de vida e outros indicadores. Entre outros fatores que pesaram na escolha, tivemos em conta as ações propostas pelo poder público, tendo em vista analisar se estas combatem tais situações ou contribuem para acentuá-las, reforçando os mecanismos de segregação e desrespeito aos direitos humanos.

A escolha desta região pareceu-nos viável por suas características populacionais, pelo intenso processo de reurbanização que gerou iniciativas concretas para desconstruir o estigma de “maior favela de São Paulo” e, sobretudo, por seu histórico de resistência e lutas. A região conta com uma organização não governamental (ONG) que é uma das referências mais importan-

tes de articulação da comunidade e tem como objetivo contribuir para transformar Heliópolis e região em um bairro educador, atuando em parceria com o poder público na defesa e na garantia dos direitos das pessoas, promovendo a cidadania e o desenvolvimento local.

Nossa aproximação com a realidade teve início com a nossa participação nos encontros de preparação para a 16ª Caminhada pela Paz, organizada por um Movimento pela Paz, constituído por representantes de todos os movimentos do bairro: gestores e educadores de equipamentos socioeducacionais da região, mantidos pela prefeitura ou que mantêm convênio com a Prefeitura de São Paulo. Nessa ocasião, pudemos conhecer melhor a comunidade, fazer contato com diferentes grupos e definir, junto com a comunidade, quais grupos seriam mais interessantes para participar da pesquisa de campo.

A Caminhada pela Paz é um movimento que mantém ações permanentes que visam à construção de uma cultura da paz e à transformação de Heliópolis em um bairro educador, propósito defendido por todos os grupos com os quais tivemos contato. De acordo com seus participantes, esta caminhada que ocorre há 16 anos, tem reforçado o caráter de articulação e formação permanente entre os espaços públicos (escolas, projetos sociais, equipamentos da saúde, da assistência social, entre outros) e a comunidade em geral. Este movimento surge, justamente, para combater a violência que ocorre nesta região, no entanto, apesar de todos os esforços da comunidade para construir uma cultura de paz, a pesquisa revelou que a violência policial parece ser uma constante neste bairro.

As questões trazidas do campo para serem debatidas no grupo de pesquisa a qual estamos vinculadas, nos permitiram definir com maior precisão os grupos que seriam ouvidos: a) grupo de técnicos do MSE, que foi importantíssimo para identificarmos o estigma que sofrem as famílias e adolescentes e o abuso do poder exercido pela polícia militar que sistematicamen-



te persegue os adolescentes desta região e mesmo os técnicos que os atendem; b) mães de adolescentes e jovens infratores atendidos por estes técnicos, c) grupo de mulheres; d) grupo de jovens que atuam na ONG, que é referência para a região.

Para este artigo trouxemos apenas as memórias do grupo de mulheres-mães de adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Durante o trabalho de campo, participamos ativamente das atividades promovidas pela comunidade, dentre elas o IV Seminário da Educação, Bairro Educador Heliópolis – evento que teve a participação massiva de toda a comunidade, para debater sobre uma diversidade de temas nos diferentes grupos de trabalho (GTs). Acompanhamos as discussões do GT “Direitos Humanos: rede de proteção social e Educação”. Cada movimento presente neste evento ficou com a responsabilidade de dar continuidade às discussões promovidas nos GTs. Como eram muitos, optamos por acompanhar as discussões do Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região que selecionaram como tema “Direitos humanos, direitos da mulher”.

Na reunião do movimento ficou definido que durante o mês de outubro seriam realizadas 4 oficinas sobre Direitos Humanos que aconteceriam, simultaneamente, em vários bairros de Heliópolis e região. Algumas datas coincidiam, portanto acompanhamos dois destes grupos que elegemos para realizar os grupos focais: grupo de mães dos adolescentes em medida socioeducativa e as mulheres atendidas pelo SASF (Serviço de Assistência Social às Famílias).

Participamos da organização das oficinas e, junto com a equipe, definimos que as discussões de três oficinas seriam conduzidas pelas lideranças destes grupos e na 2ª oficina utilizaríamos a técnica do grupo focal – proposto por nossa pesquisa – que foi conduzido por nós (a pesquisadora e um dos estudantes da pós-graduação, que teve o papel de observador). Os temas das ofici-

nas foram: 1º tema: “o que são Direitos Humanos e o que não são direitos humanos? 2º. Tema: “Memórias sobre a violação dos direitos humanos”; 3º tema: “Conceituação dos Direitos Humanos”; 4º tema: Espaços de Defesa dos Direitos Humanos”.

## 2.2. Os grupos focais

O grupo focal realizado com as mães de adolescentes ou jovens que estão cumprindo medidas socio-educativas (MSE), objeto de análise deste artigo, teve lugar na oficina do 2º tema com a participação de 10 mulheres-mães, a coordenadora-gestora, uma psicóloga, uma assistente social, o observador (estudante da pós-graduação) e a pesquisadora. O roteiro se constituiu de perguntas abertas, que elaboramos com a equipe organizadora das oficinas, e versou sobre as lembranças de situações de violência e violação dos direitos humanos que as mulheres-mães vivenciaram. A coordenadora deste grupo teve um papel importante na dinâmica do grupo focal contribuindo com algumas intervenções que provocaram, em alguns momentos, as falas das participantes. Todas as participantes foram esclarecidas sobre o sigilo de suas identidades e nossos objetivos acadêmicos com relação às informações coletadas e aceitaram participar livremente autorizando (5) a utilização de seus relatos para fins da pesquisa, inclusive manifestando a expectativa de que a Universidade possa contribuir com as ações da comunidade na luta pelos direitos humanos.

O aspecto ético-político é um dos compromissos que estão implicados na metodologia da pesquisa-ação-participativa sendo fundamental para se promover a cidadania (6) ou, como sugere Demo (2002), “reinventar a cidadania”, pois a comunidade não é mero objeto da investigação científica, mas é reconhecida e respeitada por sua singularidade e por seu caráter de autora de uma história própria, construída antes da investigação/intervenção e posterior a ela. Assim, o caráter participativo desta

pesquisa implicará no retorno sistemático do conhecimento produzido a todos os grupos, instituições e pessoas envolvidas, por meio da problematização das situações de violação dos direitos humanos reveladas em suas memórias e o encaminhamento do trabalho de extensão que constitui parte dos propósitos da pesquisa.

Las personas de las comunidades no solo tienen derecho a conocer los resultados y a recibir la visión integral y sistematizada del proceso vivido y trabajado porque han participado de la investigación, sino porque además el verlo convertido en resultados prácticos, reflejados en un informe analítico, crítico y que presenta los hechos organizadamente convirtiéndolos en saber que dice a quienes lo crearon, que transmite las voces y los intereses de esos creadores y que ingresa a la corriente del saber tanto científico como popular, es una forma de reconocimiento a su labor productiva y proporciona una herramienta útil para futuras acciones (Montero, 2004a, p. 164).

O fato de termos acompanhado a comunidade ao longo de quatro meses favoreceu o envolvimento das mulheres no grupo focal que, durante a realização do grupo, fizemos pequenas intervenções respeitando, como sugere Bosi (1993, p.283), “os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do seu grupo”. Aquilo que vivenciamos em comum fez com que compreendêssemos com mais profundidade os significados de suas falas:

Quanto mais o pesquisador entra em contato com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai-se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos (Bosi, 1993, p. 283).

Pudemos observar, ao longo de todo período que acompanhamos os grupos de Heliópolis, um interesse enorme pela questão dos direitos humanos, o que favoreceu nossa inserção na comunidade. Porém, mesmo percebendo várias iniciativas por parte do poder público, com políticas públicas voltadas às diversas áreas sociais, esta comunidade enfrenta cotidianamente o problema da violência e do tráfico de drogas, bem como tem vivenciado de perto muitos assassinatos de adolescentes e jovens, recentemente, praticados pela polícia militar, segundo os relatos.

### **MEMÓRIAS DAS MULHERES: SEUS DISCURSOS, DENÚNCIAS E RESISTÊNCIAS**

Considerando que a memória faz parte de um universo simbólico e tem raízes nas experiências históricas de vida dos indivíduos e da sociedade a que pertencem tivemos em conta em nossa análise: “1) o contexto da história social e da cultura política brasileiras e da esfera regional e local; 2) as experiências de vida cotidiana e a interação das pessoas com atores políticos e organizações, e 3) as influências de instituições políticas, agentes e eventos mais amplos” (Sandoval, 1994, p. 73).

Todas as mulheres que participaram do grupo focal são oriundas das camadas populares, são mães de adolescentes que praticaram ato infracional, conforme previsto no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e agora cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, determinadas judicialmente, sendo acompanhadas pelos técnicos que atuam no serviço de Medidas Socioeducativa (MSE) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Esse serviço, vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS – mantém relação direta com a equipe técnica constituída de: psicólogos, assistentes sociais, advogados e pedagogos, que acompanham os adolescentes e jovens de ambos

os sexos, atuando junto à rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas.

Estas mulheres assumem a identidade de “ser mãe de”: “Eu sou a Silvana (7), Mãe do Leonardo, Mariana, Mãe do Reinaldo, Luciana, mãe do Lino (...)”. A expressão “Ser mãe de”, ao mesmo tempo em que revela um aspecto da identidade destas mães, carrega o estigma propagado pelas instâncias da Segurança Pública e pela sociedade que as veem como “mães de bandido”, independente do ato infracional que seus filhos praticaram e do fato de já terem cumprido pena e estarem cumprindo medidas socioeducativas, inclusive com a maioria prestando serviços à comunidade. Suas memórias evocam o desrespeito aos seus direitos mais elementares como serem tratadas como pessoas honestas e não como “bandidas”

o caso do meu filho, eu não fui atendida na delegacia como um ser humano, como uma pessoa honesta. Porque o meu filho errou eu sou tratada como ele foi tratado, é o que eles falam, seu filho é bandido, você é mãe de bandido. Eu acho que isso não é coisa pra eles chegar e falar. Eu como mãe eu não vou falar pro meu filho roubar, eu ensino o que é certo, o que é direito que é com honestidade, é trabalhando que a gente consegue as , é tratada como lixo! (...) Do jeito que ela falou pra mim parece que foi, assim que eu entendi, né. Não tem educação pra falar com a gente, não respeita, fala cada coisa assim que você fica, Nossal. E a gente tem que ficar calado, esperar a boa vontade deles. Nossal Eu fui perguntar pra, acho que era carcereira, uma senhora que tava lá, sei lá o que ela é, o que é que tinha acontecido, ela mandou eu calar a boca porque ela não fala com família de ladrão. Como seu eu fosse também (M3 – grifos nossos).

Em suas memórias estão presentes muitas situações de discriminação e preconceito, bem como, a culpa que a sociedade parece lhes atribuir pelos atos praticados por seus filhos. Os próprios profissionais da segurança pública acusam esses filhos para além do ato que praticaram, por entenderem que suas famílias não podem prover suas necessidades e por entenderem que tudo que portam é “roubado”.

O meu (filho), o policial mesmo falou seu filho é um menino bom, ele não fez nada, seu filho tá aí no envolvimento dos outros, seu filho é bobão, falou pra mim. O Vitor ficou quieto. Ele só foi preso porque tava com o moleque. Nisso ele tava na estação encontrou o moleque na rodoviária. Disse que o moleque falou “vou roubar aquela menina que tá com celular na mão, que eu to sem celular”. (...) Foi e foi a primeira vez. Ai o Vitor foi junto, de bobeira, pegou o celular, pôs dentro das calças no alto do Ipiranga e fugiu quando ele ia entrando lá perto dos portões a polícia abordou. Quando chegou lá a delegada abriu. Mas meu filho vai ficar preso por causa do celular? A delegada falou vai, ele roubou, você ainda fala isso? Ai o delegado falou: olha a roupa que ele está? Olha o tênis? Ele tinha acabado de sair do emprego e comprou um tênis, comprou uma camiseta da Adidas nova, tênis novo. Ela falou que tudo que tava nele era tudo roubado. Eu não falei nada eu não sou de responder. (...) Eu não falo não. Até parece que a gente tem culpa. (M3) (grifos nossos).

Seus discursos trouxeram à tona o que seus filhos praticaram ou foram acusados de praticar, bem como o sofrimento que esta situação causa a elas e a seus familiares.

Quando eu fui visitar meu filho, a segunda vez. Ele passou 14 dias sem comer. Ai lá em casa ninguém comia, parecia que tinha morrido alguém, sabe? Todo mundo, um jogado num canto outro noutro. Toda a vez que eu ligava pra lá, a moça falava. Mãe, o Manoel não come. A gente não tem culpa. Ai no dia da visita, eu fui visitar ele ai eu comecei a chorar. Ai a moça falou assim é a mãe do menino que não come. Falou assim sabe?

Aí eu comecei a chorar e ela disse por que você tá chorando? Sabe, quando o sangue ferve. Eu falei, você não é mãe e você nunca vai parir. (breve silêncio). Sabe porque eu tô chorando? Porque meu filho tá aqui. Ele foi andar num carro roubado, não foi ele que roubou. Ele tava junto. E você não sabe de nada, você não sabe. Quer ler o boletim? Pega o boletim pra você ler. (M4) (grifos nossos).

A mãe insiste em mostrar a injustiça que sente pelo crime de roubo que o filho é acusado. Os agentes de segurança não respeitam seus sentimentos e ela procura expressar o sofrimento que é para uma mãe ver seu filho preso:

A história que ele contou pra mim, contou pro juiz, contou pra todo mundo. Pode fazer o que quiser comigo, mas eu nunca vou confessar uma coisa que eu vou levar na minha consciência que eu não fiz. Eu entrei no carro roubado, mas eu não roubei o carro, o policial tá mentindo, o policial falou que ele tava dirigindo o carro. E no dia da audiência o policial foi e falou de novo e falou que ele tava pilotando o carro, manuseando ele falou. A primeira papelada do juiz, ele não tava dirigindo o carro. E na hora da audiência ele falou, e eu ouvi que ele disse que ele tava manuseando o carro. Eu falei, mas se você tiver devendo você vai ficar. Se vc não tiver vc vai embora. (M3)

Você acha? Vem falar pra mim porque vc tá chorando? Olha! Eu falei por que vc tá chorando (M4) (várias vezes).

O medo de que os filhos sofram mais violência durante a reclusão faz com que muitas delas se calem: “Minha irmã falou assim, não responde a elas não! Eles vão judiar dele! Não vai judiar não, eu falei”. (M4)

Outra mãe revelou que a polícia age com muita violência disparando tiros e colocando em risco a vida de seus filhos e de outras pessoas:

O meu menino pegou uma moto não era de lá, era de um outro cara. Ele contou pra mim que a polícia deu dez tiros nele. Nenhum pegou nele. E ele fazendo ziguezague na moto. Ai eu escutei a moto caindo na rua e ele pulando o muro. Eu fiquei com medo de sair, começou a me dar tremedeira, eu falei mataram ele... aí eu com muito custo saí pra fora que o policial tava gritando comigo e eu comecei gritar com o policial também. Sei que foi o maior debate com o policial, eu quase bati no policial. Eu falei o senhor num é pai não fica chamando o filho dos outros de bandido. O senhor não tem família não? Discuti, discuti, ele falou que ele (seu filho) atirou lá de cima. Eu falei, escuta, se ele tivesse atirado lá de cima que eu tô aqui faz tempo só escutando as gritaria, a baixaria, o tiro tinha pegado em mim, não tinha? Como que veio parar nas minhas costas? Ele calou na hora. Ele tava procurando a cápsula do disparo. Deus foi tão bom que o tiro pegou na caçamba, num pegou na cabeça do meu filho. Ele falou vou arrebentar seu filho! Então você vai me arrebentar junto com ele. (...) aí ele levou e falou assim, a senhora vai na 95<sup>a</sup>. (delegacia) se quiser. Se eu quiser? Eu falei, com certeza. (...) Eu saí de casa a meia noite a pé até a 95<sup>a</sup>., cheguei, já cheguei, entrei nervosa, mas eles baixaram tudo a cabeça comigo. Eu num falei que eu



não vinha? Ai ele falou assim, o policial, falou que não era pra eu nem vir. Porque eu não posso vir se eu sou mãe? Eu falei, eu quero ver meu filho agora, eu exijo. Eu falei, eu exijo ver meu filho agora, por favor. Ela falou, deixa sua mãe entrar, que ela tá nervosa. Ai eu fiquei conversando com ele (M6).

Algumas dessas mulheres têm mais de um filho que cometeu infrações e denunciam que quando é maior de idade a polícia tarda em informar o paradeiro de seus filhos nos presídios desrespeitando o direito de seus familiares de saber onde estão e poder visita-los:

M4- Aí ele (o filho maior de idade) foi pra Guarulhos, depois voltou. Aí aprontou de novo. A polícia quase matou ele de novo. Agora ficou três anos em.. agora ele tá em Franco da Rocha. Sabe outra coisa que eu acho errado, por exemplo, por ser de maior: tá num presídio vai pra outro. A família não sabe pra onde foi, tem que adivinhar pra onde foi. Isso que eu acho errado, acho super errado isso aí. Tem que avisar.

S- A família tem que saber.

M4- se eu chegar em Franco da Rocha e saber que meu filho foi transferido vai dá um BO ele foi transferido e eu não posso falar nada. Isso que eu acho errado.

O diálogo abaixo é muito expressivo e denuncia a violência policial nesta região que tem atingido diretamente a população mais jovem. O extermínio de jovens é ainda hoje uma realidade e está bem presente nas suas memórias:

M4- tão matando pra caramba, lá na Cohab, o que a polícia ta matando de jovens?. Esses dias mataram um menino perto da Igreja Nossa Senhora Aparecida. Mataram .... pra caramba pro lado onde eu moro. A polícia.

M3- Esse que matou é meu vizinho.

M4- Ele desceu do carro, ele se entregou e a polícia matou.

M3- Ele saiu do carro, tava de carro roubado também. Isso ele saiu do carro e a polícia falou pra ele se entregar. Ele só desceu do carro, deu a volta no carro, ele achou que o menino tava fugindo. (grifos nossos)

As versões sobre os atos de violência, construídas pela comunidade, variam nos detalhes que justamente indicam, que mesmo após terem se rendidos, a polícia atira para matar.

M6- Essa história contaram errado. Disseram que ele saiu com as mãos pra cima e o policial atirou nele na porta do carro. O carro tava parado. Ele abriu pra entrar, e tava ele e mais outro. Ele não fugiu. Ergueu a mão.

Na porta da Igreja mataram esse menino.

S- Ele já tinha respondido à abordagem.

M.. E era um menino tão bom, mas andava com gente errada.

M- Mas ele não roubou o carro.

M6- O policial já tava de campanha. Tava esperando a pessoa que ia pegar o carro.

M4- quase tudo, tá tendo muito assassinato no bairro. Ele ergueu a mão e o policial atirou nele.

M6- Teve uma senhora que gravou, tirou foto.

M3- Isso mesmo, tá na internet essas imagens. (grifos nossos)

A ação policial no Brasil é denunciada por vários estudos (Barcelos, Morgado, 2001, Cardia, 1997), que destacam que o aparato policial não sofreu nenhuma mudança em relação à estrutura policial vigente no período ditatorial. “A violência e a arbitrariedade também não

desapareceram, mas cresceram com a ineficiência”. (Cardia, 1997, p. 249)

O estudo de Morgado (2001, p. 42) demonstra claramente que o alvo preferencial das execuções praticadas por policiais são “jovens do sexo masculino – especialmente os filhos dos pobres, os filhos dos negros e os filhos da classe média”.

Nas memórias das mulheres-mães predominam as recordações da violência policial contra seus filhos, contra jovens, negros e homossexuais:

M3- Eu acho que isso, é polícia, acho que esse negócio de ficar matando o jovem porque é homossexual, é preto. Todo mundo tem o direito de viver a sua vida do jeito que quer. Eu acho que isso é uma falta de respeito aos direitos humanos. Você tá ali morando com outra mulher tem alguém que mata por causa de sua opção sexual?

M.. tudo armado tudo é bandido, se é humilde, é bandido, se é negro é bandido.

P- Vocês falaram que uma forma de violação que vocês percebem é principalmente aos que são negros e homossexuais?

M3- (...) A pessoa não pode andar mais dois homens, duas mulheres que já vão dizer que é homossexual, batendo, matando, pode ser nordestino, pode ser preto.

As mães manifestam o medo e a insegurança que sentem de seus filhos serem assassinados e de não voltarem para casa “Meu filho sai de casa eu fico com o coração na mão porque a polícia esta abordando mesmo! A polícia põem tudo no chão. Eu fico com o coração na mão!” (M3).

Para estas mães a polícia não representa segurança, ao contrário, traz mais insegurança pela forma como age violando os direitos mais elementares: invadindo as suas casas sem mandato de segurança e abordando com violência os jovens pobres e negros, como é o caso dos seus filhos.

M4- Na minha casa aconteceu um caso. A gente não correu atrás porque a gente não sabia o número da viatura. Eu, ele (filho) tava no portão de casa, a polícia chegou, abordou ele e entrou dentro de casa. Tava tudo revirado. A polícia revirou tudo. Também não achou nada. Eles (filhos) pode fazer a cachorrada deles lá fora, aqui na minha casa não tem. Eu já falei pra ele se eu encontrar droga ou qualquer outra coisa, eu posso ser presa, mas eu quebro em cima de você. (...) mas eles (os policiais) não tinham o direito de entrar na minha casa.

M- Eu não deixo entrar.

M4- Se chegar e eu tiver em casa eu mando entrar. Pode entrar, agora quando meus filhos de menor de idade lá em casa e eles revirar tudo? Porque todos eles (os policiais) têm o nome na camisa deles. Tudo revirado dentro de casa.

M7- eu não gosto de polícia. Eu não confio e eu não gosto.

M7- (...)Tem vez que eles param lá na rua abordam pelo menos

M3-Pegam os meninos e jogam na parede. Ah é assim, que nem barata, joga na parede? ‘Senhora é uma abordagem’. Ah, e abordagem é assim? Chega chutando, metendo o pé e jogando na parede? ”Vai reclamar com seu chefe, chefe de que? Aqui ninguém é bandido! Ele (o filho) acorda 4 horas da manhã porque trabalha na padaria. Ah faça o favor! Vocês tão em lugar errado. Ah, senhora não é assim, é assim mesmo? Eles tavam revistando o Lino, né? E eu ouvi daqui.

Estas vivências corroboram como a imagem negativa que as camadas mais pobres têm da polícia e que é apontada pelo estudo de Cardia:

A imagem que o público tinha da polícia durante a ditadura não se reestruturou, mas continuou a ser negativa. Essa imagem ruim é causada tanto pelo fraco desempenho e pela violência e arbitrariedade da polícia quanto pela falta de controles externos da polícia, ou seja, de canais institucionais para as pessoas poderem registrar suas queixas sobre o comportamento policial. Assim, as pessoas ficam entre a necessidade por segurança pública que deveria ser fornecida pela polícia e a descrença ou mesmo medo que sentem por ela. (Cardia, 1997, p. 249).

A perseguição aos meninos que estão cumprindo medidas socioeducativas é recorrente, segundo o relato das mães e dos técnicos que os acompanham. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entrou em vigor em 1990, estabeleceu o caráter socioeducativo para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei responsabilizando o Estado, a família e a comunidade para estabelecer ações conjuntas pela garantia de seus direitos. No entanto, este caráter socioeducativo não é reconhecido pelos agentes da segurança pública que não veem nestes adolescentes a possibilidade de ressocialização, o que os leva a persegui-los, abordando-os arbitrariamente e com frequência, conforme denunciam os discursos destas mães.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, ressaltamos que nosso estudo trouxe à luz as vivências de violação dos direitos humanos experimentadas pelas mulheres-mães de adolescentes em medida socioeducativa, assim como suas denúncias e resistências e, ao mesmo tem-

po, criaram condições para elaborarmos, junto com a comunidade, ações que fortaleçam a participação política, pois a memória tem mobilizado ações em favor dos direitos humanos e em torno de políticas públicas que garantam e efetivem os direitos sociais.

Em termos da cultura política brasileira é importante destacar que a consolidação democrática no Brasil não alterou o perfil excludente do Estado brasileiro que se acirrou durante a ditadura militar com uma grave crise econômica e com a redução da atuação do Estado em prover e intervir na oferta de serviços. O aparato policial não sofreu nenhuma mudança em relação à estrutura policial vigente no período ditatorial e age em nome da manutenção/ segurança da sociedade silenciando, ignorando e, por vezes, exterminando os grupos excluídos e oprimidos por meio de ações legitimadas pelo próprio Estado e pela sociedade, normalizando, assim, a violação aos direitos humanos. Estas mulheres denunciam tais ações, rompendo com o silêncio e a indiferença a que são cotidianamente submetidos seus filhos e suas famílias (Santos, 2011).

Os avanços alcançados a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 – que instaura a Doutrina da Proteção Integral, fundamentada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU – e reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos não foram suficientes para alterar o imaginário social sobre o adolescente infrator que se “manifesta no processo de estigmatização e exclusão que permeia as relações destes jovens com o Estado e com as pessoas de seu meio social” (Dias, 2011, p. 91).

Ao estigmatizar estes adolescentes como bandidos ou perigosos cria-se e propaga-se uma imagem negativa que dificulta as ações socioeducativas. Ao perseguir estes adolescentes o Estado, representado pela polícia, os submete à violência dificultando a ação conjunta com a comunidade e a família que necessitam criar condições para que estes adolescentes sejam inseridos no seu meio social. Desta forma, se

inverte totalmente o sentido e objetivo das Medidas Socio-educativas (MSE) “normalizando” o desrespeito aos direitos humanos e deixando de combater a violência a que estão expostos crianças, adolescentes e jovens, especialmente os que pertencem às camadas populares.

Dessa forma, esta pesquisa-intervenção que teve o propósito de estudar a memória e direitos humanos na vida cotidiana da comunidade tem ainda o desafio de fazer o caminho contrário ao da desumanização e da exclusão; um caminho contrário às práticas autoritárias que ordenaram e ainda ordenam extratos da vida social nacional e que, sem um trabalho dedicado no espaço cotidiano, pode levar a nefastas experiências de repressão e silenciamento dos grupos oprimidos. Fazê-lo, como é nossa proposta, a partir da – e na – vida cotidiana da comunidade foi uma condição para que este estudo não terminasse apenas no âmbito teórico, mas que pudesse produzir algum retorno concreto à comunidade que se consolidará por meio das atividades de extensão.

Como consequência dessa dinâmica esperamos gerar múltiplas ocasiões nas quais estes atores, sujeitos de nossa pesquisa e pesquisadores, possam ressignificar suas memórias coletivas, sua inserção política e sua orientação ética constituindo-se como cidadãos que utilizam seu saber científico para a construção crítica da vida cotidiana (Heller, 1998).

## Notas

(1) A Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, definiu que o termo correto utilizado é “pessoas com deficiência”. Sassaki (2003b) sugere que não se utilize a palavra “portadora”, pois “A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não

porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência”. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa.

(2) Utilizamos o termo pesquisa-ação-participativa, considerando a nomenclatura original utilizada por Montero (2004) que em espanhol é conhecida como Investigación-ação-participativa (IAP).

(3) Este artigo refere-se a uma pesquisa-ação, vinculada ao Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes), ainda em andamento no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, no grupo de pesquisa “Memória Coletiva, Discursividades e Dinâmicas Comunitárias”.

(4) Esta região situa-se numa área de 1 milhão de m<sup>2</sup> e tem uma população de, aproximadamente, 130 mil habitantes, segundo o IBGE, 2010. A partir de sua ocupação em 1971, esta área sofreu um intenso processo de favelização como aponta o estudo de Sampaio (1991) e, desde então, tem lutado pela conquista e garantia dos direitos sociais.

(5) No início de cada grupo focal as participantes tiveram oportunidade de ler o Termo de Consentimento livre e esclarecido, esclarecer dúvidas, manifestar-se se concordavam ou não em assinar o documento. Esclarecemos também que a participação era voluntária e que elas poderiam desistir de participar em qualquer momento, durante a realização do encontro.

(6) O conceito aqui adotado é o de cidadania ativa, conceito este defendido por Chauí (1984) e Benevides (1991) que consideram o cidadão como portador de direitos, participante ativo da esfera pública e “criador de novos direitos” para abrir espaços de participação.

(7) Todos os nomes mencionados são fictícios.



## REFERÊNCIAS

- Abranches, S. H. (1985). Os despossuídos: Crescimento e pobreza no país dos Milagres. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar.
- Adorno, S. (2002a). Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Journal de Psicologia-PSI*, 7-8.
- Adorno, S. (2002b). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*. Porto Alegre, 8. (pp.84-135).
- Ansara, S. (2005). Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Barcellos, C. (1992). Rota 66: a história da polícia que mata. São Paulo: Globo.
- Benevides, M. V. (1983). A cidadania ativa. São Paulo: Ática (1991).
- Benevides, M. V. (2003). Educação em direitos humanos: de que se trata? In Leite, R. L. B. Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP (pp. 309 – 318).
- Benevides, M. V. (2004). Cidadania e Direitos Humanos. In J.S. Carvalho. Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis/RJ: Vozes (pp. 43-65).
- Bosi, E. (1993). A pesquisa em memória social. *Psicol. USP* [online]. (4, (1-2). pp. 277-284).
- Cardia, N. (1997). O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social. Revista Sociologia. USP*, S. Paulo (9 (1), pp. 249-265).
- Chauí, M. (1998). Ética e Violência. Texto mimeo apresentado no Colóquio Democracia e Liberdade: Interloquções com Marilena Chauí. São Paulo: USP/NEDIC.
- Coimbra, C. M. B. (2001). Operação Rio: O mito das classes perigosas. Niterói: Inter-texto/Oficina do Autor.
- Demo, P. (2002). Charme da exclusão Social. Campinas/SP: Autores Associados.
- Dias, I. M. T. (2011). Estigma e Ressocialização: uma análise sobre direitos humanos e reintegração de adolescentes em conflito com a lei. *Videre*. (3 (6), pp. 87-109).
- Huysen, A. (2000). Seduzidos pela Memória. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Martín-Baró, I. (1998). Psicología de la Liberación. Madrid: Editorial Trotta.
- Montero, M. (2004a). Hacer para transformar. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Montero, Maritza. (2004b). Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedade. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Morgado, M. A. (2001). A Lei contra a Justiça: um mal estar na cultura brasileira. Brasília: Editora Plano.
- Neri, V. B. (2009). O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social – Saberes e direitos em questão. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Paoli, M. C. et al (1981). A violência Brasileira. São Paulo: Brasiliense.
- Prefeitura Municipal de São Paulo. (2004). Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-Cebrap, do Serviço Social do Comércio-SESC e da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, SAS-PMSP.
- Sampaio, M. R. A. (1991). Heliópolis – Percursos de uma invasão. Tese de Livre Docência. FAU-USP/SP
- Sandoval, S. A. M. (1994) Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In M. J. SPINK (Org.). A Cidadania em construção, uma Reflexão Transdisciplinar. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2011). A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez.
- Assaki, R. K. (2003). Como chamar as pessoas que têm deficiência. In: SASSAKI, R.K.

Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR. (pp. 12-16).

Souza, C. G. (2011). Empoderamento: possibilidades da prática profissional nos Centros de Referência de Assistência Social em Ponta Grossa-PR. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Velho, G. & Avito, M. (1996). Cidadania e Violência. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.

Recebido em 26 de setembro de 2014.

Aprovado para publicação em 2 de novembro de 2014.